



O papel da mulher na Comunidade remanescente do Quilombo de Fojo e sua relação com a natureza

The role of women in the remaininty Community of Kilombo of Fojo and its relation with nature

Maria Edinalva de Oliveira Carmo

 <http://orcid.org/0000-0002-9738-7461>

Centro Estadual de Educação Profissional
em Biotecnologia e Saúde – CEEP
edinalvacarmo14@gmail.com

Maria de Fátima de Andrade Ferreira

 <http://orcid.org/0000-0003-4094-6741>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
mfatimauesb@hotmail.com

DOI: 10.22481/odeere.v5i9.6515

RESUMO: Este artigo é parte de uma pesquisa de Mestrado em Ciências Ambientais que investigou “A relação mulher-natureza na Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré – BA”, através da abordagem descritiva e análise quantitativa e qualitativa de dados (KÖCHE, 2000; SANTOS, 2002), buscando aprofundamento teórico para tratar de relações de gênero (LOURO, 2011; SCOTT, 1989), gênero e meio ambiente (CASTRO e ABRAMOVAY, 2005) e a importância do papel da mulher na organização cotidiana das comunidades tradicionais, inclusive de remanescentes de quilombos (COSTA e PINTO, 2015). Os sujeitos da pesquisa foram mulheres e homens da Comunidade de Fojo que decidiram pela participação, utilizando entrevistas semiestruturadas, observação direta e sistemática e conversas informais, em profundidade, realizadas entre 2014-2015. O recorte aqui apresentado tem por objetivo discutir o papel da mulher na comunidade do quilombo de Fojo e sua relação com a natureza. Os resultados indicam relações desiguais entre homens e mulheres na comunidade, às mulheres têm sido designado

papel/posição, modos de cuidar da família, ficam responsáveis em “trazer harmonia e paz para o lar”, “cuidar e ser dona de casa”, cabendo a elas a área pertencente a do privado – a casa, alguns serviços na roça e a participação na igreja evangélica, deixando a tradição esquecida. A relação mulher-natureza, ao que parece, indica práticas agrícolas equivocadas e, ao que tudo indica, o conhecimento dos moradores sobre a agricultura ainda é tímido, demonstram fragilidades de técnicas empregadas, falta recursos à implementação de ferramentas adequadas, ausência de assistência técnica especializada e conhecimentos por parte dos produtores de técnicas básicas de produção.

Palavras-chave: Relação Mulher-Natureza. Mulher Quilombola. Sustentabilidade

ABSTRACT: This article is part of a Master's research in Environmental Sciences that investigated “The woman-nature relationship in the Remaining Community of Quilombo de Fojo, Itacaré - BA”, through the descriptive approach and quantitative and qualitative data analysis (KÖCHE, 2000; SANTOS, 2002), seeking theoretical deepening to deal with gender relations (LOURO, 2011; SCOTT, 1989), gender and environment (CASTRO and ABRAMOVAY, 2005) and the importance of the role of women in the daily organization of traditional communities, including remaining quilombos (COSTA and PINTO, 2015). The research subjects were women and men from the Fojo Community who decided to participate, using semi-structured interviews, direct and systematic observation and informal, in-depth conversations, conducted between 2014-2015. The section presented here aims to discuss the role of women in the Fojo quilombo community and its relationship with nature. The results indicate unequal relationships between men and women in the community, women have been assigned a role / position, ways of caring for the family, are responsible for “bringing harmony and peace to the home”, “caring and being a homemaker”, fitting to them the area belonging to the private - the house, some services in the fields and participation in the evangelical church, leaving the tradition forgotten. The relationship between women and nature, it seems, indicates wrong agricultural practices and, apparently, the residents' knowledge about agriculture is still timid, showing weaknesses in the techniques employed, lack of resources for the implementation of appropriate tools, lack of technical assistance. expertise and knowledge on the part of producers of basic production techniques
Keywords: Woman-Nature Relationship. Quilombola Woman. Sustainability.

Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa de Mestrado em Ciências Ambientais que investigou “A relação mulher-natureza na Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré – BA”, tratando do papel da mulher e sua relação com a natureza, os entrelaçamentos de relações e saberes sobre ser humano-natureza e se suas práticas permitem (ou não) sustentabilidade ambiental e equidade social.

O recorte aqui apresentado tem por objetivo discutir o papel da mulher na comunidade do quilombo de Fojo e sua relação com a natureza, buscando aprofundamento teórico para tratar de relações de gênero¹, gênero e meio ambiente² e a importância do papel da mulher na organização cotidiana das comunidades tradicionais, inclusive de remanescentes de quilombos³.

Conforme Cavalcante⁴, a Bahia possui, atualmente, mais de 500 comunidades quilombolas, sendo 381 (trezentos e oitenta e uma) já certificadas pela Fundação Cultura Palmares e, cerca de 119 encontram-se em fase de reconhecimento e titulação de seus territórios. A comunidade do quilombo de Fojo é formada por um grupo étnico-racial, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas e presunção de ancestralidade negra, referente à resistência a opressão histórica sofrida pela população africana escravizada e afrodescendentes, durante a colonização e de consciência da identidade coletiva. A abordagem descritiva e análise quantitativa e qualitativa de dados⁵ foram utilizadas pela pesquisa, através de entrevistas semiestruturadas, observação direta e sistemática e conversas informais, em profundidade, realizadas entre 2014-2015. Os sujeitos da pesquisa foram mulheres e homens da Comunidade de Fojo que decidiram pela participação.

A relação mulher-natureza na comunidade de Fojo, ao que tudo indica, está vinculada a uma dependência material na produção do seu sustento, de sua família e comunidade, não havendo ainda a realização de práticas sustentáveis, voltadas à preservação e cuidado com o meio ambiente em que vivem. O papel

¹ LOURO, 2011; SCOTT, 1989.

² CASTRO e ABRAMOVAY, 2005

³ COSTA e PINTO, 2015.

⁴CAVALCANTE, Maria Zelinalva Lima. Trabalho Quilombolas. **Antropologia**. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/5001638/trabalho-quilombolas---antropologia>. Acesso em: jan. 2016.

⁵ KÖCHE, 2000; SANTOS, 2002.

da mulher é o de ser esposa, mãe, dona de casa e, em sua maioria, ajudante do marido nas tarefas da roça, e, assim, a tradição africana se mantém na comunidade negra investigada.

Enfim, as decisões internas na dessa comunidade ficam sob a responsabilidade dos homens e as mulheres participam de reuniões da associação da comunidade, porém, sem autonomia para tomar decisões, apesar de, em posicionamentos coletivos, o grupo buscar espaços nessa direção.

Quilombos: território, população e cultura

Os quilombos são reconhecidos núcleos rurais que se encontram, nos dias atuais, espalhados no território brasileiro, onde vivem as populações remanescentes, afrodescendentes e de movimentos negros. Nesses espaços de constituição de identidades, luta e resistência, os negros escravizados que conseguiam fugir das senzalas e propriedades rurais, se refugiavam durante o período da escravidão, em grupos. No Programa Brasil Quilombola⁶, quilombo é a “reafirmação da luta pela sobrevivência, construindo uma realidade que garanta a igualdade, o convívio com a coletividade, a ancestralidade e uma história de [mais de] quinhentos anos de exclusão”.

As comunidades quilombolas na interpretação da Constituição Federal Brasileira de 1988 – CF/88⁷, “devem ser compreendidas como aquelas que se autodefinem como quilombolas pela sua ancestralidade africana e luta contra a opressão racial e identidade coletiva mantida através dos tempos”. A luta pelo direito ao território coletivamente ocupado para as comunidades quilombolas significa “muito mais do que uma reparação histórica pelo sofrimento e opressão do sistema de escravidão e tem como objetivo a promoção da dignidade humana dos quilombolas aqui e agora”⁸. Existem muitos desses grupos já identificados, mas como observam alguns pesquisadores⁹, os descendentes de escravos trazidos da África pelos europeus, colonizadores portugueses, já não falam as línguas dos seus antepassados e vivem espalhados em diferentes espaços dos estados brasileiros, destacando-se Amazônia, Minas Gerais, Maranhão, Bahia, São Paulo, Mato Grosso

⁶ BRASIL, SEPPPIR, 2004, p. 4.

⁷ BRASIL, 1988.

⁸ PRIOSTE e BARRETO, 2012, p. 16.

⁹ MUNANGA, 2015; SOUZA, 2008.

e Goiás.

Assim, muitos deles, já perderam suas referências históricas e, mesmo sem acesso à economia regional, ignoram o que estabelece o Art. 68 das Disposições Transitórias da CF/88¹⁰ que garante aos descendentes dos fundadores de quilombos, que continuam vivendo em áreas antigas, a posse das terras que habitam. No Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção II, Da Cultura, Art. 215 e 216 da CF/88 e Art. 68 do ADCT, garante-se a regularização territorial das comunidades quilombolas e proteção às suas culturas. No Art. 215 da CF/88, o Estado garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoio e incentivo a valorização e a difusão das manifestações culturais populares, indígenas, afro-brasileiras e de grupos participantes do processo civilizatório nacional. No Art. 216,

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

No Parágrafo 1º, Art. 216, o poder público, com a colaboração da comunidade, “promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, através de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. As terras ocupadas por remanescentes de quilombos e áreas utilizadas para a garantia de suas vidas, reprodução física, econômica, social e cultural são ações de resistência, luta e busca de identidade. A vida dessas comunidades não se constitui como um fato passado, que se sucumbiu junto ao sistema colonizador, autoritário e escravocrata e nem com a abolição pela Lei Áurea, em 1888, mas se faz presente e ainda causa

grande surpresa na população brasileira, quando surgem notícias nos meios de comunicação sobre a existência em, praticamente, todos os estados da

¹⁰ BRASIL, 1988.

federação e, que estas vêm, gradualmente, conquistando o reconhecimento e a posse formal de suas terras¹¹.

Contudo, apesar de avanços significativos de lutas e resistência da população negra, as consequências da escravidão persistem na sociedade brasileira. A discriminação, preconceitos e estereótipos são práticas constantes contra negros e as características socioeconômicas, grau de escolaridade, questões de gênero, raça, etnia, cor da pele, religião, são categorias que marcam formas de exclusão do outro – o negro e as formas de perceber a outra cultura. Para Laraia¹², por isso, devemos começar a analisar a cultura

pela reação oposta ao etnocentrismo, que é a apatia. Em lugar da superestimar os valores de sua própria sociedade, numa dada situação de crise os membros e, conseqüentemente, perdem a motivação que os mantém unidos e vivos. Diversos exemplos dramáticos deste tipo de comportamento anômico são encontrados em nossa própria história.

De acordo com Geertz¹³, cultura é um sistema de símbolos e significados e Laraia¹⁴ quando busca exemplificar o caso dos africanos, afirma que a cultura interfere na satisfação das necessidades fisiológicas básicas e pode decidir sobre a vida e a morte dos membros de um sistema. Os negros africanos ao serem

removidos violentamente de seu continente (ou seja, de seu ecossistema e de seu contexto cultural) e transportados como escravos para uma terra estranha, habitada por pessoas de fenotípia, costumes e línguas diferentes, perdiam toda a motivação de continuar vivos. Muitos foram os suicídios praticados, e outros acabavam sendo mortos pelo mal que foi denominado de banzo. Traduzido como saudade, o banzo é de fato uma forma de morte decorrente da apatia¹⁵.

A formação, o território, a população, a identidade e a cultura demonstram que a etnografia africana é muito rica, seus costumes, crenças, hábitos, ritmos e os quilombos são reconhecidos núcleos rurais e espaços de resistência de homens e mulheres, negros e negras, que permanecem, muitos deles, espalhados pelo território brasileiro e continuam a buscar por meio de reivindicações, o desejo de liberdade e resistência negra, diante da violência da colonização e escravidão

¹¹ BRASIL, SEPIR, 2004, p. 7.

¹² LARAIA, 2000, p. 77.

¹³ GEERTZ, 1978.

¹⁴ LARAIA, 2000.

¹⁵ LARAIA, 2000, p. 77

sofridos ao longo dos anos.

A Comunidade do Quilombo de Fojo

A Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, sediada em Itacaré, Litoral Sul da Bahia e campo de investigação desta pesquisa, possui, atualmente, uma população composta por um total de 65 famílias. Conforme o Jornal Grande Bahia, de 11 de março de 2015¹⁶, a história do Quilombo de Fojo tem seu início em 1880, com a chegada do escravo Alfredo Gomes, que fugiu guiando-se pelo Rio de Contas e, nesse lugar, viveu durante oito anos, até a assinatura da Lei Áurea que deu fim ao regime escravocrata no Brasil.

Os descendentes de Alfredo Gomes ainda vivem na comunidade e formam um único Núcleo Familiar, composto por negros, remanescentes do Quilombo de Fojo. A comunidade recebeu este nome "Fojo", devido as armadilhas que Alfredo Gomes fazia para caçar e garantir a sua subsistência e aprendeu a fazer esse tipo de armadilha quando ainda trabalhava como escravo e observava as armadilhas feitas pelos capitães-do-mato para capturar africanos escravizados e fugitivos. Fojo, no Dicionário Web¹⁷, significa "cova funda, cuja abertura se tapa ou se disfarça com ramos, para nela se apanharem, vivos, animais ferozes". Essas covas eram bem fundas, feitas em diferentes áreas no terreno e cobertas com folhagens secas para disfarçar as armadilhas.

Os negros fugitivos, sem perceber o falso terreno, assim como os animais, caíam nas armadilhas e, sendo capturados, eram reconduzidos aos seus senhores e os animais serviam para complementar as refeições. Por se tratar de um local de difícil acesso, o Fojo mantém as características tradicionais de cultivo, produção e preservação ambiental, porém, em determinados locais da área delimitada ocorrem desmatamento e queimadas, realizados por fazendeiros que ainda permanecem em suas fazendas, dentro do território demarcado como Fojo e, também, por trabalhadores do Movimento Sem Terra (MST), que ocuparam parte deste território e, hoje, se integram a essa comunidade quilombola. Conforme o Art. 14, da Convenção n. 169, sobre povos indígenas e tribais da Organização

¹⁶ Jornal Grande Bahia (JGB), de 11 de março de 2015.

¹⁷ Dicionário Web, 2015.

Internacional do Trabalho – OIT¹⁸,

1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.
2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.
3. Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados.

Os moradores do Fojo são descendentes de escravos que tradicionalmente tiveram acesso a este território e, nele, desenvolveram suas atividades tradicionais e de subsistência e, hoje, ocupam este território, garantindo a proteção dos seus direitos de propriedade e posse. A comunidade foi beneficiada pelo Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007¹⁹, que estabelece Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais e no seu art. 3º,

Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - **Povos e Comunidades Tradicionais**: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - **Territórios Tradicionais**: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

(...)

Art. 3º São **objetivos específicos** da PNPCT:

I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

O quilombo de Fojo fica na área de terras à margem direita da Rodovia BA 654, que liga o município de Itacaré ao distrito de Taboquinhas, Uruçuca, BA. A área de entrada para a comunidade é demarcada, possui placa sinalizadora com o nome “Fojo” (Figura 1), uma Igreja Evangélica Assembleia de Deus, um prédio escolar e uma “venda” (Figura 2) que funciona numa casa pequena, local onde a

¹⁸ Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Brasília: OIT, 2011.

¹⁹ Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

população compra mercadorias para o consumo cotidiano, uma barbearia e a casa de uma família quilombola.



Figura 1- Entrada da Comunidade Quilombola Remanescente de Fojo, Itacaré, BA. Fonte: Arquivo da pesquisa, 2015.



Figura 2- A escola e a Igreja Evangélica da Comunidade de Fojo, Itacaré - BA. Fonte: arquivo da pesquisa.

A escola e a igreja evangélica atendem à Comunidade de Fojo e estão localizadas, uma ao lado da outra, na entrada do território de Fojo, ao lado esquerdo, num lugar visível para todos que entram na comunidade.

Em Santos²⁰, o território se apresenta como “o recorte ou fração do espaço qualificado por seu sujeito” e, assim também, podemos denominar o território ocupado pela Comunidade de Fojo, quando neste espaço ocorreu movimentos pela regularização fundiária das terras e se manifestam pela tradição da população negra e sua cultura e, em especial, pela relação homem-natureza.

No Fogo, atualmente, há uma população de 165 pessoas entre crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, que compõem dois Núcleos Familiares (um formado por remanescentes do quilombo de Fojo e outro, formado por trabalhadores do MST) e, tem garantido por Lei, seu território e acesso aos recursos naturais que utilizam para a reprodução física, cultural e econômica da comunidade. Porém, dentro do território de Fojo, os moradores do MST, que se estabeleceram na área de terra à margem esquerda da Rodovia BA 654, que liga a cidade de Itacaré ao distrito de Taboquinha, conhecida como INCOL (fazenda invadida pelos trabalhadores do MST)²¹, ocupam uma extensão territorial expressiva. Estes pequenos agricultores ocupavam terras que foram reconhecidas

²⁰ SANTOS, 2006.

²¹ INCOL (fazenda invadida pelos trabalhadores do MST).

pelo governo como pertencentes ao Quilombo de Fojo, então passaram a integrar a esta comunidade.

As práticas e costumes de lidar com a terra se diferenciam dos membros da comunidade quilombola. As duas comunidades ocupam o mesmo território e, apesar de atuarem de forma distinta, como foi possível observar, cada uma em seu espaço ocupado, utilizam recursos disponíveis em suas áreas ocupadas, mas participam da Associação do Desenvolvimento do Quilombo do Fojo, demonstrando interesse comum na melhoria das condições de moradia, estradas de acesso e meios de subsistência da Comunidade. Os agricultores, trabalhadores rurais, integrantes do MST, em sua maioria, moram na cidade de Itacaré. Alguns trabalham na cidade e passam apenas os finais de semana na roça. Outros trabalham na roça durante a semana, plantando, limpando, colhendo e retornam para a cidade no final da semana.

Como podemos observar na Figura 3 e 4, a área ocupada pelo MST, por meio da invasão, antes do processo de regularização do território quilombola de Fojo encontra-se em processo de desmatamento. Para realizar as atividades agrícolas, as árvores estão sendo derrubadas, sem planejamento ou acompanhamento sistemático de órgãos ou lideranças e/ou licenças ambientais.



Figura 3 – Área desmatada e queimada
Fonte: Arquivo da pesquisa, 2015.



Figura 4 – Área desmatada e queimada
Fonte: Arquivo da pesquisa, 2015.

Diante destas características, optamos por desenvolver a pesquisa apenas com o grupo de moradores de Fojo, que são remanescentes de quilombos, pois estes demonstram uma preocupação maior com as questões ambientais e, também, constitui-se como objeto de estudo da pesquisa. Como toda formação de quilombos, e, como diz a história contada por um dos moradores, “a maioria das pessoas são nascidas e criadas na comunidade e outros vieram de outros

lugares e se fixaram no local por meio do casamento" (DGC).²² Nesse espaço, a comunidade mantém a terra para desenvolver atividades agrícolas, criação de pequenos animais, criação de peixes, o fabrico de farinha de mandioca, além de pequenas outras atividades de subsistência e que garanta a permanência na terra, onde atualmente são proprietários.

Em contraste com a maioria das comunidades negras rurais brasileiras e remanescentes de quilombos, que trazem a herança de seus antepassados, no que se refere a religião, os moradores do Fojo converteram-se em evangélicos e, hoje, são membros da Igreja Assembleia de Deus. A imagem da igreja evangélica na chegada da comunidade de Fojo é bastante impactante e se constitui como lugar de fé e de produção de sentidos que organizam e estruturam a comunidade. A questão está relacionada ao fato de ser esta, uma característica bastante peculiar, se considerarmos que os quilombos tradicionais, em sua maioria, cultivam as tradições afrodescendentes e, geralmente, tem sua base religiosa no catolicismo. Diferente da maioria das comunidades quilombolas, a de Fojo não pratica mais religiões afrodescendentes tradicionais e, sim, professam a fé evangélica.

Não é difícil perceber o impacto dessa transformação, de um quilombo tradicional para um Quilombo Evangélico, pois são costumes, práticas, tradições que se diferenciam muito entre eles. A memória, a tradição, a cultura e a identidade negra são elementos enraizados nas comunidades quilombolas, pelo seu histórico de lutas e resistências contra a dominação branca e a religiosidade se manifesta através dos rituais de origem africana. Tais manifestações fazem parte do cotidiano da maioria dos quilombos, porém nos quilombos que adotaram a religião evangélica deixaram de existir. Percebe-se então que essas mudanças resultam das trocas culturais que ocorrem dentro de cada comunidade, considerando o contato constante com outras culturas. Na Comunidade de Fojo, o que motivou essa mudança, segundo seus moradores, em conversa informal e coletiva, é quando participavam de reunião na Associação da Comunidade.

No momento em que a pesquisadora observava e presenciava os movimentos dessa reunião, em 12 de setembro de 2015, falaram da necessidade

²² Diretoria de Gestão do Cuidado (DGC)/Secretaria da Saúde do Estado da Bahia.

de transformar a visão que as pessoas de fora tinham da comunidade, inclusive porque apresentava um histórico de violência. Hoje, a Comunidade é reconhecida por seus membros como sendo um espaço tranquilo e sossegado. Contudo, não devemos menosprezar as transformações que ocorrem e acabam por transformar os quilombos e pensar que estas comunidades continuam sob dogmas da tradição dos escravos é perpetuar uma visão do negro ainda escravizado e oprimido.

O papel da mulher quilombola na comunidade e família

A mulher, ao longo dos processos históricos e socioculturais, tem buscado condições favoráveis ao exercício da cidadania e emancipação política na sociedade brasileira e mundial. Desse modo, os direitos da mulher, assim como o de todos os cidadãos, estão presentes na CF/1988, que no seu Preâmbulo garante

assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida na ordem interna e internacional²³

O papel da mulher em algumas comunidades quilombolas atuais, por exemplo, voltado para a produção do seu sustento, de sua família e comunidade, baseia-se em princípios da sustentabilidade ecológica e da equidade social e considera a relação ser humano-natureza vinculada a uma dependência material para a sobrevivência e demonstra avanços no processo de controle de agentes de degradação ambiental. Por isso, é importante refletir sobre o papel da mulher nas comunidades quilombolas, quando se objetiva o relacionamento de valores éticos e princípios para um desenvolvimento sustentável. O papel da mulher é elemento chave para o estabelecimento de relações sociais, quando marcadas pelo respeito, convivência pacífica, cooperação e valorização das dimensões ambientais e a qualidade de vida dentro de uma comunidade quilombola, faz-se interessante.

Sobre essas questões, Castro e Abramovay²⁴ afirmam que as mulheres, em algumas partes, estão mostrando um papel de liderança, principalmente em ações relacionadas à cidadania e à qualidade de vida. Isso porque, questões

²³ BRASIL, 1988.

²⁴ CASTRO e ABRAMOVAY, 2005, p. 64.

como a falta de água, o problema dos esgotos e saúde fazem parte de uma problemática ligada às suas necessidades básicas. Para Sorrentino e Trajber²⁵, as mulheres estão mais ligadas à manutenção e à qualidade da vida e, nesse contexto, se destacam na luta contra o problema de lixo, problema de enchente e outros relacionados. Arruda²⁶ ressalta que a combinação entre gênero e meio ambiente traz uma perspectiva mais libertária, de igualitarismo e diversidade e destaca a importância do movimento das mulheres, tendo como referência o “protagonismo” das mulheres via comunicação e parceria com os homens, na vida pública, e com lugar no poder de tomada de decisões, observa Corral²⁷:

Se as mulheres assumirem e obtiverem condição para tal, o seu papel de protagonistas principais e essenciais no processo de desenvolvimento sustentável, o movimento ecológico poderá “converter-se em movimento de massa”, apostando, para tanto, na “sociedade civil organizada”.

A atuação da mulher em defesa do meio ambiente fica evidente pela participação de milhares de mulheres, com afirmam Castro e Abramovay²⁸ e incluiu-se na Agenda 21²⁹ dos governos um capítulo especial sobre as necessidades das mulheres e sua importância para um desenvolvimento sustentável e equitativo.

As feministas destacam que de fato o envolvimento do movimento das mulheres com as conferências se fortaleceu a partir da ECO-92. Também, antes da estruturação dos documentos oficiais da Conferência de População, mobilizou-se por vários fóruns o debate de temas populacionais em todo o país. Tal papel, no caso da IV Conferência/Beijing, foi bastante acentuado, constituindo-se uma Articulação de Mulheres Brasileiras-Beijing 95, integrada por 26 fóruns e associações (pró-articulação) de movimentos de mulheres de 25 Estados. A Articulação garantiu a ampla participação de movimentos de mulheres de distintos cortes, organizações de base, ONGs de grande, médio e pequeno porte, participação essa consubstanciada em documentos sobre experiências e reivindicações, assistência a fóruns locais, nacionais, regionais e internacionais, e um razoável acervo documental.

Assim, faz-se necessário propor uma articulação entre os diversos fatores que interferem nesse processo. No contexto das relações de gênero em Comunidades

²⁵ SORRENTINO e TRAJBER, 1997.

²⁶ ARRUDA, 1997.

²⁷ CORRAL, Thais (co-diretora) ONG REDEH- Rede de Desenvolvimento Humano. Rio de Janeiro, mar. 1997. In: CASTRO, M. G. e ABRAMOVAY, M. **Gênero e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005. p.137.

²⁸ CASTRO e ABRAMOVAY, 2005, p. 79.

²⁹ Agenda 21 – Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>

Remanescentes de Quilombos, por exemplo, a relação de dependência material com a natureza na produção do seu sustento, de sua família e de sua comunidade, a escassez de recursos, o baixo nível de escolarização e o nível de conhecimento.

A Relação Mulher-Natureza: Saberes Tradicionais, Educação e Sustentabilidade Ambiental no Quilombo de Fojo

Os saberes tradicionais, aqui entendidos como um conjunto de saberes e práticas desenvolvidas pelas populações locais de forma empírica, não padronizado, dinâmico e cumulativo, constituído em anos de experiência e por muitas gerações aplicados na agricultura, alimentação e atividades industriais e culturais e na reprodução do próprio modo de vida.

Reconhecido como um legado histórico-social das comunidades remanescentes, inclusive das populações quilombolas, o etnoconhecimento tem influência nas concepções desses sujeitos sobre o meio em que vivem, na formação de sociabilidades, trocas culturais, sobrevivência econômica, política e social. A educação ambiental – EA, é definida na Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999³⁰, como um “componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Para Jacobi³¹ a ideia de sustentabilidade implica

a prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos. Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento.

O processo de implementação de uma sociedade sustentável, permeado ainda de situações-problemas, conflitos, é resultado de mudança do próprio processo civilizatório, com seus desconhecimentos e incertezas. A partir de meados da década de 70, do século passado, os governos têm buscado implementar

³⁰ Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999.

³¹ JACOBI, 2003, p. 195.

através da EA, o desenvolvimento de ações, baseadas em conceitos de ética e sustentabilidade, como forma de garantir a construção de conhecimentos que possibilitem mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades.

Para Boff³², o desenvolvimento sustentável é resultado do comportamento consciente e ético sobre bens e serviços limitados da terra e impõe um sentido de justa medida e autocontrole contra impulsos produtivistas e consumistas, aos quais estamos acostumados a observar na cultura dominante. Para o autor³³, a sustentabilidade não acontece mecanicamente, é fruto de um processo de educação pela qual o ser humano redefine o feixe de relações que entretém com o universo, a Terra, a natureza, a sociedade e consigo mesmo, dentro dos critérios assinalados de equilíbrio ecológico, respeito e amor a terra e a comunidade de vida, a solidariedade para as gerações futuras e a construção de uma democracia socioecológica. Leff³⁴ diz que os desafios do desenvolvimento da sustentabilidade "implicam a necessidade de formar capacidades para orientar um desenvolvimento fundado em bases ecológicas, de equidade social, diversidade cultural e democracia participativa". Portanto, esse processo como diz o autor³⁵,

estabelece o direito à educação, a capacitação e a formação ambiental como fundamento da sustentabilidade, que permita a cada pessoa e cada sociedade produzir e apropriar-se de saberes, técnicas e conhecimentos para participar na gestão de seus processos de produção, decidir sobre suas condições de existência e definir sua qualidade de vida. Isto permitirá romper dependência e iniquidade fundadas na distribuição desigual do conhecimento, e promover um processo no qual os cidadãos, os povos e as comunidades possam intervir a partir de seus saberes e capacidades próprios nos processos de decisão e gestão do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a EA fomenta novas atitudes nos sujeitos sociais e critérios de tomada de decisões dos governos, guiados pelos princípios de sustentabilidade ecológica e diversidade cultural³⁶. Para Leff³⁷, a EA internaliza esses princípios na racionalidade econômica e o planejamento do desenvolvimento. Por isso, é importante educar o sujeito com pensamento crítico, criativo e prospectivo, capaz

³² BOFF, 2012, p. 137.

³³ idem, 2012, p. 149.

³⁴ LEFF, 2012, p. 246.

³⁵ Idem, 2012, p. 246.

³⁶ Idem, 2012, p. 256.

³⁷ Idem, 2012)

de analisar complexas relações entre processos naturais e sociais. O sujeito deve estar preparado para atuar no ambiente, com perspectiva global e diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais. Pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999³⁸, Capítulo I, Seção III - Da Educação Ambiental Não-Formal, que “Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de EA, é preciso desenvolver

IV – a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V – a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

Nesse contexto legal, as comunidades remanescentes quilombolas, as populações indígenas e outras, encontram-se presentes, com suas tradições, cultura, saberes tradicionais que, ao longo dos séculos, são passados de geração a geração. Nas sociedades ocidentais, orientadas pelo patriarcalismo, onde há a supremacia dos homens nas decisões, a orientação e instrução dos filhos sempre ficou a cargo das mulheres e, com uma idade mais avançada, as meninas ficavam a mãe e os meninos acompanhavam o pai. As mudanças sociais acabaram fazendo com que as mulheres assumissem a educação das crianças, enquanto os homens saíam em busca do sustento do lar. Era a mãe a encarregada de transmitir os valores, noções morais e até questões da educação escolar às crianças, sendo a mulher sempre vista como a que aponta o caminho, ou a quem se recorre para pedir conselhos, etc. Mesmo nas míticas sociedades matriarcais, onde a sucessão é identificada pela linha maternal, não há grande participação de homens no momento da educação, ali os homens seriam um meio para dar início ao processo de reprodução. Algumas comunidades remanescentes quilombolas e suas características cotidianas evidenciam inclusive que não são muitos os relatos de mulheres que tomaram a frente da administração dessas comunidades. No entanto, pode-se dizer que, além dos mais velhos, são as mulheres as responsáveis pela disseminação dos valores e manutenção das tradições culturais, passando às novas gerações tudo o que aprenderam e o que querem preservar.

De acordo com as mulheres entrevistadas no Fojo, a questão da identidade negra, ao longo dos tempos, busca preservar o conhecimento de suas origens,

³⁸ Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999

ancestralidade negra e descendência de negros escravizados. As interlocutoras falam com orgulho de sua “raça negra”, fazem de tudo para que os mais jovens tenham esse sentimento de pertença e saibam das suas raízes. Ao serem questionadas sobre “ser quilombola”, as mulheres nos levaram a buscar, nas suas respostas, o que diz Santos³⁹, ao observar que muitas comunidades não têm essa consciência. Em muitos casos, esses conceitos são conhecidos a partir da presença de pessoas das organizações governamentais que explicam o que são quilombos, remanescentes e como são denominadas as pessoas que ali habitam, sendo estes conceitos novos para os entrevistados.

Com relação à criação das crianças, Godinho⁴⁰ constatou em sua pesquisa que há uma diferenciação entre os meninos e as meninas. Estas últimas sendo educadas pelas mães para o trabalho no lar e os meninos da mesma forma até os 12 anos. Depois dessa idade passam a acompanhar o pai nos afazeres de cuidar dos animais, pescar, trabalhar nas plantações, etc. Godinho lembra que no Quilombo Kalunga, a função da mulher é no lar e na educação dos filhos, transporte de água, cuidado com a roupa e com a comida e, na época de plantio ou colheita, ajudam o marido. No entanto, o homem é o chefe da família, ainda que ambos tenham poder de decisão⁴¹. Silva⁴² observa que o papel das mulheres na comunidade do quilombo Valongo, em Santa Catarina, é destacado como

lideranças que articulam, decidem e empreendem as ações para fora da Comunidade. A elas, preferencialmente, já não compete o trabalho no campo, este é um serviço dos homens. Porém, podemos perceber que o poder matriarcal é marcante no processo de construção da identidade familiar e coletiva da Comunidade⁴³.

As mulheres, que ajudam a manter viva a agricultura de subsistência nos quilombos mineiros, destacam que sua rotina de trabalho é muito intensa⁴⁴. Nesse quilombo, a mão de obra masculina tem se tornado muito reduzida devido a migração dos homens em busca de trabalhos com uma melhor remuneração. Nessas comunidades, o papel das mulheres pode abranger todos os

³⁹ SANTOS, 2012.

⁴⁰ GODINHO, 2008.

⁴¹ Idem, 2008.

⁴² SILVA, 2010.

⁴³ Idem, 2010, p. 78.

⁴⁴ TUBALDINI et al, 2011.

remanescentes quilombolas e a valorização das mulheres enquanto construtoras do continuísmo das relações e tradições culturais é necessária e urgente. Essa questão envolve a “preservação da identidade quilombola, a solidariedade camponesa, a sustentabilidade e a produção agroecológica de alimentos e sementes crioulas que sustentam as famílias quilombolas das áreas estudadas [...]”⁴⁵. Costa e Pinto⁴⁶ estudaram as mulheres quilombolas do Pará e afirmam que além de papel de destaque, elas ainda são imprescindíveis no cotidiano das comunidades, pois fazem o que mais ninguém sabe ou pode fazer e empoderam-se

a partir do momento em que detém alguns saberes tradicionais como “a arte da benzeção”, algumas práticas de curandeirismo, o ofício de parteira, o dom de consertadeira e experientes, etc. Tais conhecimentos garantem a estas pessoas, não somente um status de relevância social, ou de destaque dentro do grupo, eles auxiliam aos mesmos a possibilidade de emancipação individual, de controle do próprio destino com responsabilidade e respeito ao outro⁴⁷.

Apesar da escassez de estudos sobre o papel das mulheres nas comunidades quilombolas, não se pode deixar de destacar questões importantes como sua função para a preservação das tradições, a necessidade de transmitir o que sabem e o que foram aprendendo e para apontar qual a sua origem para as novas gerações. No Fojo, foi possível perceber que são mulheres fortes e preparadas para a vida dura de trabalho doméstico, fabrico de artesanatos e, nas plantações, sempre destacam o cuidado que têm com a terra e a relação de troca, na qual o sustento de suas famílias vem do solo.

A terra é compreendida no Fojo como terra de trabalho e de moradia, um ambiente que se gosta de morar e cuidar. As terras familiares são compartilhadas com os membros da família e cada família do Núcleo Familiar possui a sua posse e os que ainda não possuem estão buscando por meio da associação de moradores. O cuidado com o meio ambiente, apesar de ser importante para a sobrevivência da comunidade, não há, ao que se percebe pelos resultados da pesquisa, conhecimento da população sobre o que pode/deve (ou não) ser modificado na natureza, por exemplo, o desmatamento de áreas para a construção de tanques para criação de peixes e produção agrícola. Os tanques

⁴⁵ Idem, 2011, p. 10.

⁴⁶ COSTA e PINTO, 2015.

⁴⁷ Idem, 2015, p. 7.

(Figuras 5 e 6) são construídos por escavações com tratores em áreas desmatadas sem orientação técnica adequada.



Figura 5: Abertura mecânica de tanque
Fonte: Arquivo da pesquisa 2015.



Figura 6: Tanque com peixes
Fonte: Arquivo da pesquisa 2015.

Os tanques com peixes, construídos em áreas que sofreram desmatamento se configuram como situações de relações existentes entre o meio ambiente e as condições de vida da Comunidade de Fojo e demonstram que não existe, ao que parece, uma preocupação com a preservação de áreas de matas pela população que, objetivando melhorar sua alimentação e a renda familiar com a comercialização de peixes, buscam soluções – os tanques, que da maneira que são construídos, sem orientação e uso adequado de técnicas não são pertinentes para o bem comum – o meio ambiente.

Na Figura 7 e 8, é possível observar que o desmatamento no Território de Fojo é fato e uma grande preocupação ambiental, as áreas de desmatamento são extensas com a derrubada de grandes árvores, queimadas de pequenos arbustos e parece não ter limite, nem seguir regras, normas e orientações ambientais.



Figura 7: Queimada na Comunidade do Fojo
Fonte: Arquivo da pesquisa, 2015.



Figura 8: Queimada na Comunidade do Fojo
Fonte: Arquivo da pesquisa, 2015.

O fogo é utilizado como forma de limpeza dos terrenos e, conseqüentemente, para abertura de áreas ainda de floresta fechada e em espaços abertos e desmatados para cultivar a mandioca, a cana-de-açúcar, a pimenta, a pupunha, dentre outros pequenos cultivos. A Figura 9 e 10 demonstram que a utilização da água, assim como da terra, ainda se constituem como um problema para a comunidade resolver.



Figura 9: Esgoto correndo a céu aberto
Fonte: Arquivo da pesquisa, 2015.



Figura 10: Esgoto correndo a céu aberto
Fonte: Arquivo da pesquisa, 2015.

A água utilizada para serviços domésticos, esgotamentos sanitários, correm a céu aberto ao lado da casa de uma das famílias de Fojo. A comunidade não possui rede de esgoto e essa é uma cena comum na comunidade, pois, até mesmo nas casas de alvenaria, que contam com fossas sépticas, a água residual da lavagem de pratos e roupas em áreas improvisadas nos fundos ou fora dessas residências é despejada a céu aberto, sem nenhum cuidado com o meio ambiente. Essas fossas devem ser construídas longe de poços, cisternas ou de qualquer outra fonte de captação de água, no mínimo trinta metros de distância, para evitar contaminações em possíveis casos de vazamento. É preciso fazer a limpeza periódica das fossas e dada a destinação correta aos resíduos para evitar transbordamentos, provocando a contaminação do meio ambiente. A relação mulher – natureza tem sido objeto de estudos e pesquisas que tratam de categorias como gênero, meio ambiente, natureza, sustentabilidade e sobre a organização do trabalho e cultura dessa população e sua participação no desenvolvimento da sustentabilidade ambiental e da equidade social.

A história da população negra e afrodescendente no Brasil demonstra que, apesar das melhorias políticas, educacionais e sociais importantes, percebe-se que a desigualdade racial segue reproduzindo-se, ainda que em novas formas de

manifestações de preconceitos, racismo e exclusão escolar e social, na política, no acesso e permanência na Universidade, dentre outros espaços da sociedade brasileira. A escravidão da população negra no Brasil teve o seu início no século XVI e foi um processo cruel, milhões de homens e mulheres foram arrancados à força do Continente Africano para trabalhar na lavoura, criação de animais, trabalho urbano nas cidades, onde algumas mulheres trabalhavam na casa grande como arrumadeiras, cozinheiras, babás e, muitas vezes, eram submetidas a servir aos desejos sexuais dos senhores⁴⁸. Estudos dedicados às relações sociais e culturais entre mulheres e homens e de representações de gênero⁴⁹ destacam a importância do papel da mulher na organização cotidiana das comunidades onde vivem e, em especial, das comunidades tradicionais, destacando-se aqui, as populações quilombolas⁵⁰.

A exclusão das mulheres e das negras em particular, na política, nos espaços de poder, dentre outros, é fato presente, apesar das transformações, tanto em relação às questões antes silenciadas, quanto à forma com que estas passaram a ser apresentadas por diferentes grupos sociais. Bourdieu,⁵¹ em sua obra sobre "A Dominação Masculina", fala da exclusão das mulheres das coisas sérias, dos assuntos públicos e, principalmente, dos econômicos nas famílias e sociedades, destacando a relação de desigualdades entre homens e mulheres.

Nas comunidades tradicionais e, em especial, nas comunidades quilombolas, as mulheres, conforme dados analisados por pesquisas⁵², exercem papéis de liderança e de destaque em seus grupos de pertencimento, são coordenadoras e presidentes de Associações de Moradores, comandam lutas pelo reconhecimento, e, também, assumem o papel de dirigentes destas comunidades. Desta forma, fica marcada a sua condição de agentes facilitadoras de um processo de construção de uma comunidade sustentável. Contudo, observamos que o papel da mulher, como relatam Bonetti, Querino, Rosa e dados de relatório do IPEA e SEPIR⁵³, encontra sérias limitações na sociedade brasileira e, inclusive,

⁴⁸ FREYRE, 1987; PRIORE, 2009.

⁴⁹ ABRAMOVAY, 2005; LOURO, 2011; SCOTT, 1989.

⁵⁰ SILVA, 2013; O'DWYER, 2002.

⁵¹ BOURDIEU, 1999.

⁵² O'DWYER, 2002 e outros.

⁵³ BONETTI e QUERINO, 2009; ROSA, 2009; IPEA, 2011; SEPIR, 2010.

no território das comunidades quilombolas, visto que sua relação com a natureza está vinculada a uma dependência material na produção do seu sustento, de sua família e de sua comunidade. Esta relação homem-natureza-trabalho e, especificamente, mulher-natureza-trabalho, também resulta na destruição das fontes naturais, estabelecendo mudanças e transformações do ambiente natural, como rios, matas, mar, terra, através das quais, estas mulheres mantêm a sua sobrevivência.

Gadotti⁵⁴, ao tratar da "Pedagogia da Terra", afirma que a organização de estruturas econômicas e sociais são sustentáveis quando há equidade e atenção às bases econômicas das sociedades. O autor⁵⁵ explica que, da forma como estas estruturas se apresentam, são sustentáveis apenas de modo condicional, pois se definem como sociedade capitalista com as restrições do lucro, da competitividade e outras características inerentes a este contexto organizacional. Por outro lado, verificamos que, apesar das políticas públicas criadas e/ou implementadas, nos últimos anos, com a finalidade de valorização da mulher e no combate às desigualdades entre gêneros, a submissão da mulher é fato. Além disso, ainda não se alcançou os objetivos pretendidos, como por exemplo, a equidade de gênero na sociedade, a equiparação salarial, o fim da violência contra as mulheres, dentre outras questões.

Observamos que as sérias limitações no território rural, onde vivem essa população, como a ausência de estradas acessíveis e de boa qualidade para o transporte motorizado, visando o escoamento da produção, a ausência de pontes seguras nos rios que cortam seus territórios, água potável, falta de assistência técnica aos produtores rurais, a ausência de emprego remunerado no campo e nas zonas urbanas vizinhas da maioria das comunidades quilombolas, interferem de forma decisiva na qualidade de vida dessas pessoas. Nesse sentido, os constantes e crescentes agravos ambientais que se tem presenciado, faz a EA assumir um papel cada vez mais relevante no processo de transformação dos indivíduos como corresponsáveis pela promoção de um novo tipo de desenvolvimento - o sustentável. Nesse contexto, o acesso à informação representa a possibilidade de garantir o desenvolvimento da consciência

⁵⁴ GADOTTI, 2000, p. 58-59.

⁵⁵ GADOTTI, 2000.

ambiental da população, podendo motivar e sensibilizar para a importância de transformar as variadas formas de participação na defesa da qualidade de vida, na preservação ambiental e contribuir com processos de trabalho, com vistas a um melhor desempenho dos cidadãos em suas comunidades.

O papel que a mulher exerce nas comunidades quilombolas é fundamental, tanto para a sua sobrevivência e subsistência, quanto para a preservação dos saberes tradicionais e a manutenção das tradições culturais. Essas questões foram importantes na tomada de decisão sobre a escolha do tema desta pesquisa, inclusive por ser a pesquisadora, neta de escravos. Esse processo revela as intenções e o desejo de aprofundar conhecimentos/saberes acerca do papel da mulher em Comunidades Remanescentes de Quilombos, buscando analisar de que modo ela interfere (ou não) nas mudanças de atitudes, comportamentos, dentre outras variáveis que se tornaram importantes para a análise da comunidade de Fojo.

Do mesmo modo, a pesquisa buscou identificar quais as contribuições da população de remanescentes de quilombo para a consolidação da sustentabilidade ambiental e da equidade social nos seus ambientes de vida, considerando-se que, para garantir sua atuação no processo de EA deverá disseminar valores e atitudes, de solidariedade, igualdade e respeito às diferenças, ações ambientais e sustentáveis do meio ambiente, através de práticas coletivas, interativas e dialógicas.

A partir dessa compreensão, a pesquisa buscou investigar de que modo as mulheres quilombolas têm contribuído (ou não) para a construção de uma comunidade quilombola ambientalmente sustentável na Comunidade de Fojo, Itacaré, BA, e o que dizem/falam esses sujeitos sobre meio ambiente? Sobre a relação comunidade-natureza e/ou como é a vida das pessoas na comunidade de Fojo, podemos observar na figura 11, a mulher quilombola da Família F2, do Núcleo Familiar I, do Fojo, se ocupa da tarefa doméstica – lavar utensílios de cozinha no rio e, agora, segue o caminho de sua casa, com bacia de pratos na cabeça.



Figura 11: Mulher Quilombola da Comunidade de Fojo voltando do rio para sua casa com pratos lavados
Fonte: Arquivo da pesquisa, 2015

Esta é uma das rotinas vividas no cotidiano dessas mulheres que todos os dias, sobem e descem o caminho de ida da casa ao rio e de volta do rio à casa onde moram com trouxas de roupas, bacias de utensílios domésticos e, muitas vezes, em diferentes momentos, para cumprir com a sua “obrigação doméstica”, a de “dona de casa”, “mãe” de muitos filhos. Sendo que, 100% das entrevistadas consideram a vida da mulher na comunidade como “boa”. O rio serve a comunidade de diferentes formas, inclusive para lavagem de pratos e outros utensílios de cozinha e roupas, porém, ao que tudo indica, diante do que foi observado pela pesquisa, não há uma preocupação desses sujeitos em remover bem os restos de comida e jogar no lixo para evitar que espinhas de peixe e ossos de galinha, por exemplo, fiquem no rio podendo provocar acidentes com seus familiares na hora do banho de rio.

Desse modo, sem conhecer os prejuízos que podem e/ou estão causando ao meio ambiente, utilizam diariamente na água do rio produtos que podem permanecer por mais tempo no ambiente, como sabões e detergentes que não são biodegradáveis. Assim, a mulher quilombola da Família F2 parece ignorar que, a utilização diária desses produtos, jogados diretamente no rio causam diversos danos ao corpo hídrico e a vida dos animais que nele vivem.

Tabela 01 – Saberes/Conhecimentos Socioambientais na Comunidade: Utilização de produtos da natureza na vida das mulheres e homens quilombolas, 2015.

QUESTÕES DE PESQUISA	CATEGORIAS DE ANÁLISE									
	SIM		NÃO		MUITO		NÃO LEMBRO		NÃO TENHO OPINIÃO	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
1- Você usa algum produto da natureza na sua vida (alimento, fazer remédios e/ou outras atividades)?	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1 Você acha importante usar esses produtos?	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Arquivo da pesquisa, 2015.

O resultado dos dados da questão 1.1, do total de 08 (oito) mulheres, todas responderam “Sim” para a importância de usar esses produtos. Em concordância com 8 (oito) mulheres entrevistadas, os homens também disseram “Sim” (100%). Ao que tudo indica, a utilização de produtos da natureza faz parte do cotidiano da vida rural, e não seria diferente nessa comunidade, que diz fazer uso dos produtos da natureza na alimentação e como meio de tratamento para os mais variados males que afetam a saúde das pessoas na comunidade. O cultivo de plantas medicinais em vasos e lugares reservados próximo as casas e a colheita de folhas, flores na roça, expressa todas essas relações que o negro quilombola possui com a natureza e com a família, parentes e vizinhos, no cuidado com a saúde e “cura dos males”. Mas há também uma relação que ultrapassa estas outras: é relação com a natureza, com o que está a sua volta, o rio, a vegetação, a terra, os animais. Para a cura das doenças utilizam diferentes folhas, raízes, sementes, flores, para os chás, banhos, defumadores, e, colocam em prática, os saberes tradicionais transmitidos pelos seus antepassados, como a folha de laranja, erva cidreira, alumã, capim santo, mastruço, boldo, hortelã, eucalipto, cordão de São João, cordão de São Francisco, algodão, dentre outros.

Podemos, assim, afirmar que a influência africana se manifesta nas formas de organização do trabalho, de sociabilidades e na relação das famílias quilombolas do Fojo com a natureza e o conhecimento/saberes tradicionais, desenvolvem até hoje, um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente e modos de conservação ambiental. As formas de construção do conhecimento e saberes da mulher quilombola sobre a natureza na comunidade de Fojo, configuram-se como modos que demonstram suas competências culturais, políticas e ambientais, Ao que parece, muito fragilizadas ou negadas, pela própria identidade do grupo ao qual pertencem que acabam silenciados. Os

resultados da análise do Tabela 02, indicam que 08 (oito) mulheres que responderam à questão 1, da entrevista semiestruturada, todas responderam que “Sim”, as matas, os rios, os animais e as plantas têm um sentido em suas vidas. Do total de 08 (oito) homens que participaram da pesquisa, 06 (seis) disseram que “Sim”, e 02 (dois) “muito”, deixando clara a importância desses elementos em suas vidas.

Tabela 02 - Relação Mulher Quilombola-Comunidade-Natureza: percepção ambiental, cidadania e sustentabilidade, 2015

Questões da Pesquisa	CATEGORIAS DE ANÁLISE									
	SIM		NÃO		MUITO POUCO		MUITO		NÃO TENHO OPINIÃO	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
1. As matas, os rios, os animais e as plantas têm algum sentido na sua vida?	8	6	-	-	-	-	-	2	-	-
1.1 Você percebe algum sentido das matas, do rio, dos animais e das plantas na vida da sua comunidade?	8	6	-	-	-	-	-	1	-	1
2.0 Você acha importante aprender os conhecimentos sobre a natureza?	8	7	-	-	-	-	-	1	-	-
2.1 Na sua opinião, é importante ensinar aos mais jovens o conhecimento que os mais velhos adquiriram ao longo de suas experiências de vida?	7	7	-	-	-	-	1	1	-	-
Total	31	26	-	-	-	-	1	3	-	1

Fonte: Arquivo da pesquisa, 2015

Em resposta à questão 1.1, as 08 (oito) mulheres entrevistadas afirmaram que “sim”, as matas, os rios, os animais e as plantas têm sentido na vida da comunidade. Já os homens, de um total de 08 (oito) entrevistados, 06 (seis) disseram que “sim”, 01 (um) respondeu “muito” e 01 (um) respondeu “não tenho opinião”. Em se tratando da questão 2, Você acha importante aprender os conhecimentos sobre a natureza, as 08 (oito) mulheres entrevistadas responderam “sim”. Dos 08 (oito) homens entrevistados sobre essa questão, 07 (sete) disseram que “sim” e apenas 01 (um) deles respondeu “muito”. Os resultados da questão 2.1 que investiga a opinião das mulheres e homens quilombolas sobre a importância do etnoconhecimento para a comunidade de Fojo (Na sua opinião é importante ensinar aos mais jovens o conhecimento que os mais velhos adquiriram ao longo de suas experiências de vida?), demonstram que 08 (oito) mulheres entrevistadas, 07 (sete) disseram que “Sim” e 01 (um) respondeu “Muito”, sendo a mesma, a opinião dos homens. De um total de 08 (oito) homens investigados, 07 (sete) disseram que “sim” e apenas 01 (um) respondeu “muito”.

A Comunidade de Remanescentes do Quilombo de Fojo está inserido no bioma da Mata Atlântica, na Região Litoral Sul da Bahia, situado no Município de

Itacaré, BA, teve o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), publicado em DOU n. 47, de 11, de março de 2015 e segundo informações nesse documento, atualmente, nela, vivem 65 famílias remanescentes de quilombo, numa área de 1,3 mil hectares. O Quilombo de Fojo está sediado numa área geográfica de relevância ambiental e encontra-se em meio ao bioma Mata Atlântica, compreendendo limítrofes com fragmentos de mata em condições de clímax, ou seja, com população de árvores com idade superior a 100 anos, tendo muitas delas, alta densidade de madeira e de alto valor de mercado, como o “jequitibá”. A comunidade é cercada por fazendas de cacau e de criação bovina, o que gerou muitos impactos ambientais, como devastação de espécies arbóreas. Fato comprovado pelas espécies pioneiras que crescem em abundância em várias áreas, mostrando que a área está em estado de regeneração. A “cabruca”, que é um tipo de cultivo em que se usa árvores nativas para sombreamento do cacau, sem dúvida, foi a maior responsável pelos fragmentos preservados de mata ainda existente. A relação dos moradores do Fojo com os recursos naturais é uma relação mais voltada para a subsistência, já que existe muita área e recurso natural, mas pouco aproveitada para o comércio.

No quilombo de Fojo, homens e mulheres dedicam-se às atividades sociais e produtivas ligadas aos modos de vida de seus antepassados, trabalhando na agricultura, na criação de animais de pequeno e médio porte e na pesca no Rio de Contas. A economia da comunidade é baseada na pequena agricultura de subsistência, criação de animais de pequeno e médio porte e apenas um dos moradores, tem sua economia baseada na pecuária, mas pouco expressiva. A agricultura envolve culturas para consumo e venda. São cultivos de cacau, banana, feijão, pimenta, abóbora e cupuaçu, além da mandioca, com a finalidade da fabricação da farinha e dendê para fabricação de azeite. Como também, a produção de hortaliças com pequenas hortas; criação de pequenos animais, principalmente, aves domésticas. A produção excedente é comercializada em feiras livres em Itacaré e no distrito de Taboquinhas.

Enfim, no que se refere à relação homem/mulher natureza, algumas práticas agrícolas equivocadas foram constatadas. O conhecimento dos moradores do Fojo sobre a agricultura ainda é muito tímido, como foram constatadas nas condições das plantações que demonstram a fragilidade das técnicas empregas

ou a falta de recurso para implementações de ferramentas mais adequadas pela comunidade e denunciam a ausência de assistência técnica especializada.

A falta de conhecimentos por parte dos produtores de técnicas básicas de produção. As lavouras de cacau apresentam baixa produção de frutos e a fitossanidade das plantas muito comprometida, apresentam algumas das principais doenças do cacauzeiro, como vassoura-de-bruxa e podridão parda.

Conforme as observações *in loco* e conversas com os interlocutores, ao que tudo indica, o abandono e/ou desconhecimento por parte dos moradores que se dedicam a agricultura é um grande problema enfrentado por esta comunidade. O plantio desordenado de algumas árvores frutíferas é denotado, inclusive, algumas morrendo por falta de manejo e o mal-uso do solo para a agricultura, entre outras. A criação de animais também se mostra ausente de cuidados para um avanço e ganhos financeiros, enfim, para a sustentabilidade na comunidade. A logística para escoar a produção é complexa, devido à falta de pontes para ligar as áreas ocupadas e garantir o transporte para levar os produtos excedentes para as feiras livres nos centros urbanos mais próximos. Além disso, o recurso ambiental como os fragmentos de floresta, o belo Rio de Contas que corta a comunidade não são explorados para o turismo local ou para qualquer outra atividade que possa possibilitar renda para a comunidade.

Ao que tudo indica, os problemas acima citados são resultados de ausência, atenção do Estado e pela não organização conjuntural da comunidade como um todo. Foi visto em algumas falas que “estão cansados de reunião e encontros”. O apoio técnico e o financeiro são insuficientes para a manutenção de serviços na comunidade e, não permitem a geração de renda em meio ao convívio ambientalmente equilibrado na busca de um desenvolvimento sustentável. Portanto, fica evidente a necessidade de implementar ações que contribuam para mudar a realidade da comunidade, como por exemplo, promover a implantação de sistemas Agroflorestais (diversificação de culturas); o acompanhamento técnico para orientação dos agricultores na lavoura e na gestão da associação em busca de projetos que ajudem a comunidade; criar condições que permitam o ecoturismo rural; a criação de áreas do coletivo como um modelo para as áreas individuais; a capacitação e planejamento dos gestores da associação; a capacitação de recursos de origem Estadual e Federal para

melhoria de vida das famílias; parcerias com os grandes e médios hotéis para escoamento da produção da comunidade. Percebemos também, a necessidade de os membros da Comunidade de Fojo conhecerem as políticas públicas garantidas pela legislação brasileira, voltadas para as comunidades remanescentes de quilombo, visando a tomada de consciência sobre seus direitos e as vias de acesso aos mesmos. Contudo, além da preocupação com o desenvolvimento da comunidade, observada por meio de conversas informais com os idosos de Fojo, estes também se preocupam com a manutenção do espaço geográfico por eles conquistados por meio de lutas e reivindicações pelo reconhecimento do Território denominado Fojo, caracterizado pelas manifestações de “poder”, no qual compartilham uma cultura comum, entre os mais velhos e os mais novos.

Considerações Finais

Por tudo que foi possível observar no cotidiano das mulheres quilombolas do Fojo e o papel que essas mulheres desempenham na comunidade, as desigualdades sociais impostas a elas por séculos não foram extintas, muito pelo contrário, elas ainda existem.

Além disso, o comportamento e visão patriarcal e de submissão de gênero que atingem as mulheres, ainda estão presentes na relação mulher-homem no Fojo. Scott⁵⁶ lembra que quando falamos em gênero, estamos falando de “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Na comunidade do Fojo, as relações desiguais entre homens e mulheres demonstram que às mulheres têm sido designados posições, papel e modos de cuidar dos filhos e do marido, cuidar da família, “trazer harmonia e paz para o lar”, cuidar da casa, ser dona de casa e, portanto, apenas cabe a elas a área pertencente a do privado – a casa, além de alguns serviços na roça e a frequência e participação na igreja evangélica Assembleia de Deus.

Sendo que, para elas e para eles, a chegada da igreja na comunidade é uma condição para a manutenção da paz, da harmonia, da tranquilidade, da

⁵⁶ SCOTT, 1989, p. 5.

família, da não violência, deixando a tradição esquecida.

Referências

ARRUDA, Ângela M. Silva. **Uma contribuição às novas sensibilidades com relação ao meio ambiente:** representações sociais de grupos ecologistas e ecofeministas cariocas. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade de São Paulo, USP, mar. 1997. São Paulo: USP, 1997.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é: o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BONETTI, Alinne; QUERINO, Ana Carolina. Apresentação. Dossiê Retrato das desigualdades de gênero e raça. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.17, n. 3, set./dez. 2009, p. 847-850. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2009000300012>

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. **Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso jul. 2015.

BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Brasília, DF, 2007 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em: jul. 2015.

CASTRO, Mary G. e ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005.

COSTA, João P. A.; PINTO, Benedita C. de M. Trabalho e organização social: a atuação de mulheres remanescentes de quilombolas de São José de Icatu, no município de Mocajuba, Pará. **II Congresso Internacional de História UEPG – UNICENTRO**, 2015.

Dicionário Web. Disponível em: <http://www.dicionarioweb.com.br/fojo/> Acesso em: 4 ago. 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala:** Formação da família brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal, São Paulo: José Olímpio, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. Petrópolis, RJ: Editora Peirópolis, 2000. (Série Brasil Cidadão)

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GODINHO, Tereza M. **O lugar da mulher no quilombo Kalunga**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais/Antropologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. IPEA [et al]. 4. ed. Brasília, 2011. Disponível em: www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf. Acesso em: 2 jul. 2015.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 384-390.

Jornal Grande Bahia. **Itacaré: Território Quilombola do Fojo tem relatório técnico publicado no DOU**. Disponível em: <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2015/03/11>. Acesso em: 22 jul. 2015.

KÖCHE, José C. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes: 1997

LARAIA, Roque de B. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Por que o racismo e suas práticas e qual é a responsabilidade social que se espera dos profissionais que lidam com as questões da sociedade? In: **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 2, n. 2, II PSINEP, Salvador, BA, 2015, p. 7-15.

O'DWYER, Eliane C. (Org.) **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Organização Internacional do Trabalho. **Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011, v.1. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 28 jul. 2015.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

PRIOSTE, Fernando; BARRETO, André. **Território quilombola: uma Conquista cidadã**. Brasília: SEPIR, 2012.

ROSA, Waldemir. Sexo e Cor: categorias de controle social e reprodução das desigualdades socioeconômicas no Brasil. **Revista Estudos Feministas** [online]. Florianópolis, SC, 2009, v.17, n.3, set.-dez. 2009. p. 889-899. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2009000300017>

SANTOS, Izequias E. dos. **Textos selecionados de Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: Impetus, 2002.

SANTOS, Maria J. dos. Mulheres quilombolas: Memória é acervo de nossa história. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução Guacira Lopes Louro. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, UFRGS, jul.-dez, 1995, p. 71-99.

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. **A participação das mulheres negras nos espaços de poder**. Brasília: SEPPIR, 2010.

SILVA, Rita de C. Maraschin da. Trabalho das Mulheres negras no Quilombo do Valongos/Tijucas-Santa Catarina. **Revista Identidade**, São Leopoldo, RS, v. 15, n. 1, jan.-jun. 2010.

SILVA, Tatiana Dias (Org.). Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

SORRENTINO, Marcos & TRAJBER, Raquel. **ONG ECOAR-** Instituto Ecoar para a Cidadania. São Paulo, mar. 1997.

SOUZA, Marina de M. e Souza. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2008.

TUBALDINI, Maria A. dos S.; DINIZ, Raphael F.; SILVA, Lussandra M. da. A importância do trabalho feminino para a Manutenção da Agricultura Familiar nas Comunidades Quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte – Vale do Jequitinhonha, MG. In: **Laboratório de Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa do IGC**, UFMG, 2011.

Maria Ednalva de Oliveira Carmo: Mestrado em Ciência Ambientais pelo Programa de Mestrado PPGCA, Campus de Itapetinga – BA, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), especialização em Administração da Educação: Gestão Participativa (UESC); Graduação em Pedagogia (UESC). Professora da sala de apoio pedagógico e foi Vice-Diretora Técnico-Pedagógica no Centro Estadual de Educação Profissional em Biotecnologia e Saúde – CEEP, Itabuna -BA, membro do Núcleo de Gestão em Educação e Estudos Transdisciplinares - NUGEET (CNPq/UESB) e colaboradora da Rede de Pesquisa Representações, Discursos e Violência na Escola (FAPESB/UESB).

Maria de Fátima de Andrade Ferreira: Pós-Doutorado em Antropologia Social e Doutora em Educação (UFBA); foi professora e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Campus de Itapetinga, BA, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Atualmente, é Professora do Programa de Pós-Graduação

Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC), Campus de Jequié- BA e Mestrado em Ensino (PPGEN), Campus de Vitória da Conquista- BA e do curso de Pedagogia, Campus de Itapetinga -BA, da UESB. Coordena o Núcleo de Pesquisa e Extensão Gestão em Educação e Estudos Transdisciplinares (UESB/CNPq) e Rede de Pesquisa Representações, Discursos e Violência na Escola (FAPESB/UESB).



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

[Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 18 de abril de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 02 de junho de 2020.